

Juventudes e sexualidade. Brasil, 2000-2015

MARY GARCIA CASTRO

APRESENTAÇÃO

■ No início dos anos 2000 duas pesquisas com cobertura nacional e metodologias diferenciadas, mas combinando caminhos quantitativo e qualitativo, marcaram o debate sobre juventude e sexualidade no Brasil (Heilborn, Aquino, Bozon e Knauth, 2006 e Castro, Abramovay e da Silva, 2004)¹. Enfatizavam ambas, construções socio-político-culturais no que se entende por ser homem e ser mulher e relações sociais entre tais construtos, ou seja, sistema de gênero e experiências na classe, na raça, por territorialidade e trajetórias juvenis, sendo mais apropriado portanto se referir a juventudes, tendência e estar atento a diversidades e desigualdades.

Pesquisando expressões em nível de grandes números e discursos de jovens, sublinharam mudanças, considerando gerações anteriores, próprias da realização da modernidade, como ethos de individualização, quando tradições são enfrentadas em nome do prazer, do presente, dos códigos das fraternias, mas não necessariamente se pautando por respeito à alteridade. Assim divisões sexuais de poder, como as restrições às meninas nas negociações sobre prevenção quando do ato sexual, por exemplo, foram registradas em ambos os estudos. Mas também alertavam para avanços, em especial das meninas, mais questionadoras de estereótipos e assertivas em busca de autonomia, ainda que sujeitas a maior repressão por parte de pais, cobranças sociais até por pares e performática corporal influenciada pela sociedade de espetáculo, ‘objetificação’ do corpo feminino jovem ou ‘juvenili-

1 HEILBORN, Maria Luiza; AQUINO, Estela M.L.; BOZON, Michel; KNAUTH, Daniela Riva (org.): *O aprendizado da sexualidade. Reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Ed, Garamond e Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam e DA SILVA, Lorena Bernadete: *Juventudes e Sexualidade*. UNESCO, Brasília, 2004.

zado’, estereótipos como a ideia de hyper sexualidade da mulher negra, além de vitimizações por diversos tipos de violência.

Em ambos os trabalhos questionavam-se sensacionalismos da mídia e medos dos adultos, singularmente dos pais, por uma pseudos ‘libertinagem’ ou ‘promiscuidade’ dos jovens, o que seria encorajado pela interpretação do ‘ficar’ como expressão de relações sem compromissos, que dissociariam amor de sexo e ‘desvalorizaria’ (expressão de muitos pais entrevistados por Castro et al 2004) a mulher. Enquanto muitos jovens, inclusive elas, declaravam, que ‘ficar’ seria um tipo de relacionamento sexual, muitas vezes, afetivo-sexual com vários sentidos, como o de ‘explorar’, ‘mais conhecer’ ou ‘ver se dar’, ou ‘para gozar’. Muitos adultos, como pais e professores (também entrevistados em Castro et al, 2004) se assustavam com a relativa perda do valor virgindade no mercado das relações afetivas e sexuais, preocupando-se com a ‘moral’ da menina; a diminuição da idade da primeira relação sexual; e outros indicadores de que ‘a garotada hoje só pensa em sexo’, como o aumento da gravidez entre adolescentes, qualificada como, ‘indesejável’.

Ignoravam-se múltiplos sentidos quer para elas, quer para eles da possibilidade de mostrar que se viria a ser pai ou mãe, valores tão apreciados como ritos do já ser adulto, ‘virilidade’, ser pessoa de respeito, em uma sociedade que confere à maternidade estatuto de sacralidade. Os alertas em relação à gravidez adolescente no início dos anos 2000, volta e meia encontram ecos hoje, assim como o uso de tal discurso para incriminar os pobres – que estariam tendo muito filhos, sem ‘maturidade’ e condições para criá-los, alimentando a violência (ver por exemplo, tal ideário discutido em Manica, 2009)². Observa Cabral (2009, p. 149)³:

Ainda que o incremento na taxa de fecundidade de mulheres de 15 a 19 anos não seja estatisticamente significativo, além de ‘não ser nada mais do que o efeito das profundas reduções da participação da fecundidade das mulheres mais velhas na fecundidade total (Simões, 2006, p. 93), essa tendência é frequentemente utilizada para compor a imagem de uma epidemia de gravidez na adolescência, que estaria

2 MANICA, Daniela. Imperativos da natureza: sexualidade, gênero e hormônios na produção de Elsimar Coutinho. In: HEILBORN, Maria Luiza; AQUINO, Estela Maria; BARBORA, Regina Maria; BASTOS, Francisco Inácio; BERQUÓ, Elza e ROHDEN, Fabíola (org.). *Sexualidade, Reprodução e Saúde*. FGV Ed., Rio de Janeiro, 2009. p 261-284.

3 CABRAL, Cristiane S. Paternidade na trajetória juvenil: uma contribuição ao debate sobre ‘gravidez na adolescência’. In: HEILBORN, Maria Luiza; AQUINO, Estela Maria; BARBORA, Regina Maria; BASTOS, Francisco Inácio; BERQUÓ, Elza e ROHDEN, Fabíola (org.). *Sexualidade, Reprodução e Saúde*. FGV Ed., Rio de Janeiro, 2009. p 145-174.

assolando, sobretudo, os setores mais pobres da população. Esse é o tom predominante do debate público em torno do fenômeno, associado, de modo recorrente, às questões da pobreza e da violência urbana no país (Oliveira, 2005; Vieira, 2005; 'Bomba-relógio', 2005; Heilborn, Brandão e Cabral, 2007).

No capítulo a seguir resgato algumas análises daquelas pesquisas, considerando algumas dimensões de sexualidade abordadas (iniciação sexual, gravidez juvenil, contracepção, representações sobre aborto e relatos sobre violências, preconceitos e discriminações). Indica-se assim, na primeira parte deste artigo, um quadro aproximado sobre juventudes e sexualidade na primeira década dos anos 2000, tendo como fontes de informação os jovens. Quadro que, em termos de grandes tendências, se reproduz nos dias de hoje.

Não se conta para períodos mais recentes com trabalhos com igual abrangência que as pesquisas citadas, contudo estudos de casos e discursos de algumas juventudes sugerem diversidades de cenários, certo avanço quanto a divisões sexuais e afirmação de sujeitos mulheres jovens, não somente no plano de reivindicar direitos em cidadanias, serviços médicos específicos e programas contra violências, mas prazeres não mapeados em corpos não objetificados e muitas por padrões transgressores.

Hoje é maior a visibilidade e assertividade de orientações que fogem a heteronormatividade, graças inclusive ao ativismo LGBT e aos questionamentos que chegam da perspectiva *queer*, que mais do que identidade no estar em uma relação hetero, ou homo afetiva, advoga trânsitos e combinações.

São mudanças que se nutrem por debates que questionam binarismos e advogam o desejo como motor de formas de estar, flexibilizando conceitos como gênero e sexualidade. Butler seria uma das autoras chaves em tal debate. Segundo Rodrigues (2005)⁴ :

O que Butler argumentou foi que, ao contrário do que defendiam as teorias feministas, o gênero seria um fenômeno inconstante e contextual, que não denotaria um ser substantivo, 'mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes' (Butler, p. 29).

4 RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero – *Revista Estudos Feministas*. vol.13 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2005. O livro de referência do artigo é BUTLER, Judith *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003 – http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2005000100012&script=sci_arttext, consultado em 11.09.2011

Mas continuam, no Brasil de 2015, os jovens não hetero, ou não considerados como tal, enfrentando violências, inclusive no âmbito da família e da escola. De fato se muitos jovens mudaram, defendem escolhas, nomadismo, vão além de identidades sexuais codificadas, estão em frentes por direitos sexuais e reprodutivos. Já instituições clássicas de socialização, como a família e a escola tendem a tentar a reprodução de padrões convencionais, reduzindo sexualidade a sexo/procriação, ou a sexo/estatuto de moralidade, não considerando que juventude é tempo de busca, de afirmação do contrario, de rebelião, de explosão da libido, de muita adrenalina, de vontade de correr riscos, sendo complexa a equação entre proteção, vulnerabilizações e autonomia. A influência de credos fundamentalistas, que vêm hoje aumentando; o medo da AIDS, mais visível em falas de ontem, e principalmente o conservadorismo moralista que ainda predomina em instituições básicas de socialização, insiste-se, como a família e a escola vêm freando tendências mais libertárias, impondo padrões. Vozes militantes jovens, feministas e LGBT e outras, transgressoras, são hoje mais visíveis e brigam pelo direito à diversidade, em terra de tantas desigualdades sociais. Temas que mais exploro na segunda parte deste artigo, em plano de ensaio, questões.

I. PERFIS JOVENS QUANTO A PERCEPÇÕES SOBRE DIMENSÕES DA SEXUALIDADE, ANOS 2000

■ Na pesquisa realizada sobre juventudes e sexualidade em escolas em distintas cidades brasileiras (Castro, Abramovay e Silva, 2004), destacava-se a divisão sexual de poder, nesse caso de poder de conquista e capital erótico e de exercício de uma virilidade idealizada, indicando comportamentos sexuais legitimados pela socialização familiar. Mas também a importância da sociabilidade entre pares, a pressão desses e como essa reproduz valores que legitimavam papéis tradicionais de gênero. Segundo um jovem entrevistado: *Para o homem, quanto mais meninas ele ficar, melhor. O pai até pergunta se já fez ou não. Mas, a menina não pode; ela não pode porque muda tudo e pode até engravidar.*

Os jovens do sexo masculino, que tiveram a sua PRIMEIRA RELAÇÃO SEXUAL até os 13 anos, eram mais que o dobro das jovens, registrando 22,3% e 9,1%, respectivamente. Para Heilborn et al (2006, p. 171), citando Galland (1995): *Esse acesso mais rápido à sexualidade ajuda a configurar um quadro de precocidade geral na trajetória do indivíduo, mais cedo e mais diretamente confrontado com as realidades da vida adulta.*

Sobre a primeira relação sexual, tem-se que 56% dos jovens tinham a sua primeira relação com o(a) namorado(a), o que sugere que a percepção do mundo adulto sobre os jovens seria muitas vezes “adulocrata”, centrada em uma visão equivocada sobre a maneira de agir e pensar das juventudes, como a de que os jovens tenderiam à promiscuidade, a ter diversos parceiros.

Segundo Castro et al (2004) os dados mostraram diferenças expressivas tanto no comportamento sexual quanto à condição de sexo/gênero. Geralmente a primeira relação sexual acontecia com namorados (as) e amigos (as). A categoria “namorada (a)” foi indicada por 68,3% das mulheres e 45,1% dos homens, evidenciando que as moças elegiam os namorados como parceiros ideais para a primeira relação sexual. Já para o tipo de parceiro “amigo” na primeira relação sexual, os homens apresentavam percentual elevado quando comparado com as mulheres, sendo de 38,8% (7.822 mil jovens) e 5,6% para as mulheres, ou 1.013 mil. Na categoria esposo (a) se observavam posições opostas, sendo que o total de mulheres, correspondia a 24,1% (quase 4.344 mil) e a 2,7% (535 mil) dos homens.

Considerando a INTENSIDADE DA VIDA SEXUAL por sexo/gênero na geração jovem, observou-se divisões sexuais nítidas quanto ao número de parceiros. Para a resposta *um parceiro*, tendiam as jovens a responderem com percentagens significativamente maiores que os homens. O percentual mais expressivo dessa resposta se observou na categoria *um parceiro* no período de 12 meses que, do ponto de vista de sexo/gênero, marca diferenças importantes. Entre as mulheres, 80,4% (14.488 mil jovens), tiveram somente um parceiro sexual, enquanto que 42,6% (quase 8.587 mil) entre os homens encontravam-se na mesma condição. Ressalta-se que o percentual referente aos homens era quase a metade do apresentado para as mulheres. O segundo percentual mais elevado dizia respeito à opção *dois parceiros*, que registrou percentuais de homens, com 12,3% para o total de jovens do sexo masculino e 7,8% para as mulheres. Percebe-se que à medida que aumentaria o número de parceiros, a distância entre os sexos tendia a ser maior. Assim, a partir da opção *três parceiros* a distância entre os homens e as mulheres tendeu a crescer. Neste caso, os homens registraram 10,4%, enquanto que as mulheres, 3,1%. Considerando a opção *nove parceiros ou mais*, registrou-se um percentual de 7,7% (1.548 mil) entre os homens e 0,3% (quase 53 mil) entre as mulheres. Independente da forma das relações, a vida sexual dos jovens entrevistados tendia a se caracterizar por contatos com apenas um parceiro, questionando-se assim a ideia de “promiscuidade” sexual em juventudes. Cerca de 60,0% dos jovens, em média, indicaram que só tiveram relações sexuais com um parceiro nos últimos 12 meses.

A PREVENÇÃO é outro tema comumente explorado nas análises sobre a sexualidade e as juventudes, e viria indicando mudanças, mas cujo significado em plano de perspectiva de gênero, não seria necessariamente no sentido de subverter a lógica pautada por assimetrias. Tradicionalmente, o tema da contracepção é associado às mulheres, tendo como referência a preocupação em evitar uma gravidez. Contudo, a partir da década de 90, com o aumento da epidemia da AIDS entre a população feminina nos diferentes continentes, ficou evidente o grande desafio na promoção da adoção de práticas sexuais mais seguras e o lugar das mulheres como agentes/sujeitos na defesa de seus direitos sexuais, reprodutivos e pela vida. Mas a negociação do uso do preservativo masculino ainda esbarra em padrões sociais pautados em relações de gênero, deixando mais vulneráveis particularmente, as mulheres, pois muitas vezes a insegurança afetiva, noções de amor romântico e fidelidade podem contribuir para que as mulheres abram guarda em relação à administração do seu poder de fecundação e direito de se prevenir em relação a DST/AIDS – o que se demonstrou nas análises sobre motivos para o não uso de preservativo (Castro, Abramovay e Silva, 2004).

Um dos pontos que comumente se discute em relação à prevenção da gravidez diz respeito ao grau de conhecimento dos métodos contraceptivos. A análise com jovens entre 15 a 29 anos em 2004 já indicava que os jovens tinham um nível de informação significativo sobre as formas de contracepção, havendo proximidade no percentual de declarações por homens (90,5%) e mulheres (95,2%) como se registrou em outra pesquisa (Abramovay e Castro et al, 2006)⁵. Nessa, que teve como referência a população entre 15 a 29 anos, em nível de Brasil, indicou-se que o grau de escolaridade, assim como a “classe” socioeconômica seriam fatores de diferenciação. Enquanto oito em cada 10 jovens que cursaram até a 4ª série do ensino fundamental teriam conhecimento de métodos para evitar a gravidez, o ensino superior contemplava, praticamente, todo o universo (99,4%). Registraram-se disparidades significativas entre os jovens pertencentes às “classes” socioeconômicas mais privilegiadas e as mais pobres quanto a conhecimento de métodos contraceptivos. O percentual de jovens inseridos em famílias codificadas como da “classe” A/B, em relação ao total de jovens dessa classe que conheciam métodos anticoncepcionais foi de 98,3%, enquanto que os pertencentes à “classe D/E” foi de 89,9% (Abramovay e Castro, 2006 – note-se que o critério de “classe” usado na pesquisa é o Critério Brasil, que em lugar de

5 ABRAMOVAY, Miriam e CASTRO, Mary Garcia (org.). *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. UNESCO, Brasília, 2006.

renda familiar, recorre a bens de consumo e escolaridade dos pais – ver metodologia no trabalho citado).

Quanto à extensão do TIPO DE MÉTODO UTILIZADO PARA EVITAR A GRAVIDEZ, chama-se a atenção para a alta proporção de jovens que declararam preferir a camisinha (61,8%), seguido da pílula, com 34,9%. O hormônio injetável e o DIU apresentavam percentuais de, respectivamente, 4,3% e 3,3%. A tabelinha (1,9%), a pílula do dia seguinte (1,7%), a ligadura ou vasectomia (1,3%) e o coito interrompido (0,9%) seriam os menos referidos. Porém, é importante ressaltar que 12,0% dos jovens afirmaram que não usavam ou nunca usaram qualquer método contraceptivo (Abramovay e Castro et al, 2006).

Quanto à condição de sexo/gênero e uso de métodos para evitar a gravidez, tem-se que 78,8% do total dos homens e 46,0% do total das mulheres mostraram preferência pela camisinha. O percentual declarado pelas mulheres – menos da metade do que indicado pelos homens – pode ser indicativo de baixa adesão e baixa capacidade de negociação junto ao parceiro e a evidência de uma menor atividade de prevenção das DST/HIV e AIDS.

A pílula anticoncepcional também se destacou, porém com taxas bem inferiores, quando comparado com a utilização de preservativos. Assim 53,5% do total de mulheres e 15,1% dos homens, optam pela pílula anticoncepcional. A preferência das jovens, por esse método, provavelmente estaria relacionado a um melhor controle do próprio corpo, no entanto esse não inclui proteção das DST e tampouco AIDS. Ressalta-se que na coorte mais jovem, entre 15 a 17 anos, encontrou-se elevado o percentual dos que afirmaram que não usavam e nunca usaram qualquer método contraceptivo, correspondendo a 17% do total da faixa, ou 1.553 mil jovens (Abramovay e Castro et al, 2006). As informações analisadas confirmam que as gerações mais jovens já utilizavam mais cedo os métodos anticoncepcionais, indicando a tendência de iniciação sexual em idade mais jovem. A opção *até os 13 anos*, para ter iniciado o uso de métodos anticoncepcionais se concentrou principalmente na faixa etária dos 15-17 anos, com um percentual de 13,4%, que também é o mais alto para essa opção. Esse percentual tendia a diminuir nas faixas etárias mais altas chegando a 2,1% nos 24-26 anos. A pesquisa (Castro, Abramovay e da Silva, 2004) procurou saber o *principal motivo para usar camisinha*. Por sexo/gênero tem-se que os jovens do sexo masculino responderam que para: a) *proteger-se de outras DST*, 29,3%; b) *prevenir uma gravidez*, 20,2%; c) *proteger-se da AIDS*, 19,1%; e, d) *todas as alternativas*, 30,8%. Já os do sexo feminino assinalaram: a) *prevenir uma gravidez*, 35,3%; b) *proteger-se de outras DST*, 22,0%; c) *proteger-se da AIDS*, 9,9%; e, d) *todas as alternativas*, 31,2%. Pelas

respostas apresentadas, são notadas significativas diferenças nas preocupações das e dos jovens, ao tempo em que se pode especular sobre a então, e possivelmente hoje ainda, necessidade de uma maior conscientização sobre prevenção, principalmente entre as mulheres.

Falar em sexualidade entre jovens, tanto em nível de conhecimento de senso comum como de conhecimento construído, remete a discutir sobre gravidez de adolescentes. Em que pese a preocupação corrente sobre gravidez entre adolescentes, inclusive por possível abandono escolar e outras rupturas em trajetórias juvenis, pouco se investigava ontem e hoje sobre possíveis horizontes dos jovens; o que a escola significa para os e as jovens; em que medida as escolas são acolhedoras no caso de jovens grávidas ou com filhos pequenos. O aumento do conhecimento sobre contraceptivos questiona a ideia de que sempre uma gravidez na juventude seria indesejada. E há quem questione porque estudar e ter filho não podem ser atividades combinadas. Há casos, como reflete Kehl (2004⁶), em que ter filho poderia vir a ser um projeto pessoal em vidas com poucos projetos possíveis (ver também Cabral, 2009).

Heilborn, Aquino, Bozon e Kanuth (2006) com dados da pesquisa GRAVAD que investigou jovens em três cidades brasileiras (Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador) indica que a gravidez antes dos 15 anos não seria tão frequente, e que considerando os jovens até 20 anos, 29,6% das mulheres e 21,4% dos homens teriam relatado pelo menos um “episódio reprodutivo”. Esses autores também questionam o tipo de interpretação que tende a considerar os jovens como irresponsáveis e a sugerir subliminarmente controle da sexualidade, mas consideram que os dados alertam para a necessidade de mais atenção para os direitos sexuais e reprodutivos dos e das jovens, e que esses possam exercer autonomia, desejos, vontades com consciência de riscos, como “campanhas de saúde nas quais os debates em torno da proteção envolvam a todos” (Heilbon et al, 2006, p. 403). Os níveis de fecundidade entre jovens seriam mais altos entre as de mais baixa escolaridade e renda, contudo também se viria alertando para episódios de gravidez entre jovens de estratos superiores.

O percentual de jovens alunas que afirmaram que já ficou grávida alguma vez, segundo Castro, Abramovay e Silva (2004), variava entre 36,9% em Recife a 12,2% em Florianópolis. Note-se que tal taxa crescia à medida em que aumen-

6 KEHL, Maria Rita 2004. A Juventude como sintoma da Cultura. In: NOVAES, Regina, VANNUCHI, Paulo. *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004, p 89-114.

tava a faixa etária. Porém, em Fortaleza, Cuiabá e Florianópolis, tal percentagem era maior para a faixa de 10 a 14 anos de idade do que a de 15 a 19 anos. Chama particular atenção que 33,3% das jovens de Fortaleza, 22,2% de Cuiabá e 20,0% de Manaus indicassem que já tinham engravidado na faixa de 10 a 14 anos, correspondendo em números absolutos a 423, 669 e 567 alunas, respectivamente. Com tal quadro ilustra-se a relação entre sexualidade e territorialidade/urbanização e pobreza. Mas gravidez na adolescência pode ter nexos com pobreza, mas não ser necessariamente a causa ou consequência exclusiva de tal situação. Falta de projetos, desencantos com parâmetros da vida pública, fragilidade nas relações afetivas, buscas de afirmação e de poder, nem que limitados ao espaço corpo seriam alguns possíveis significados latentes para uma jovem, que cada dia tem mais conhecimentos sobre prevenção, ficar grávida e para o aumento da paternidade entre os jovens, em especial de camadas pobres. De estudo etnográfico com jovens pais, pobres de periferia no Rio, ressalta Cabral, reflexões que sugerem entrelaces entre mudanças culturais, como a precocidade da paternidade e sua assunção por parte de muitos jovens, e a reprodução de uma cultura de gênero patriarcal, que ainda deixa pouco espaço para a realização de autonomia por parte da mulher jovem, sem subordinação ao desejo e projetos do outro:

Episódios de gravidez subsequentes ao início da vida sexualmente ativa da moça, indicam a permanência de atributos tradicionais, no que concerne aos papéis e às relações de gênero. O ‘assumir a paternidade’ pode ser interpretado como um reparo ou contraditória ao defloramento da moça. Há também casos de gestação num calendário próximo ao início da vida sexual do rapaz. Ambas as situações podem ser contextualizadas, segundo uma cultura sexual e de gênero que impele/incita o homem ao não controle sobre seus impulsos sexuais, e atribui às mulheres uma certa responsabilização sobre as questões contraceptivas (Cabral 2003). Esse cenário propicia o desconhecimento dos homens acerca dos métodos contraceptivos e, sobretudo, há que se considerar a hipótese da gravidez como relevante meio de publicização do início da vida sexualmente ativa do rapaz. Acrescente-se que o ‘assumir, categoria sintética para o ‘responsabilizar-se pelo que fez’, condensa o comportamento valorizado pelo jovem, por seus familiares e pelo grupo de Paes, além de ser signo de uma vida adulta e viril. (Cabral, 2009, p. 168)

A pesquisa relatada por Heilborn et al (2006) corrobora nexos entre vivências e exigências sociais sobre o exercício da sexualidade e alquimias entre gênero e classe, mas frisa o lugar da “aprendizagem na sexualidade”, o que questiona sua

redução ao ‘fazer amor’. (Alias porque tal expressão e não ‘fazer sexo’? Tema para outros escritos.)

As mulheres [jovens] das classes menos favorecidas são as que se iniciam sexualmente mais cedo, utilizam menos frequentemente proteção na primeira relação sexual, entram em união com menor idade e apresentam maiores percentuais de gravidez antes dos 20 anos [...] mas a escolaridade é elemento que produz impacto no comportamento feminino sexual e reprodutivo (Heilborn et al, 2006, p. 407).

Esse estudo avança em outras dimensões de sexualidade, refletindo inclusive sobre algumas práticas como a referência ao SEXO ORAL por rapazes e moças, já não o SEXO ANAL, mais presente em relatos de homens jovens. Questiona-se se predominariam acordos ou imposições nas relações afetivo sexuais dessas e outras práticas, sugerindo-se prevalência do desejo masculino.

Naquele estudo há referência a uma baixa declaração sobre RELAÇÕES SEXUAIS COM PESSOAS DO MESMO SEXO (3,3%), o que segundo os autores estaria de acordo com “resultados internacionais de outras pesquisas sobre sexualidade” (Heilborn et al, 2006, p. 401). Já em Castro et al (2004) se adverte para comuns VIOLÊNCIAS HOMOFÓBICAS nas escolas, principalmente de xingamentos e apelidos, perpetradas mais por rapazes e ‘apoiadas’ por silêncios e anuência implícita, muitas vezes, por professores.

Tanto Heilborn et al (2006) como Castro et al (2004) e Abramovay et al (2006) ao discutirem percepções e vivências da sexualidade entre os jovens, defendem que já no final da década de 1990 se anunciavam transformações na moral sexual e rebeliões contra essa por rapazes e moças. Por outro lado, princípios como liberdade, autonomia, igualdade e, friso, vivência da sexualidade como um direito ao prazer, à criatividade, uma forma de comunicação consigo ou com outros, explorações de corpos e sensações ainda seriam possibilidades que mesmo nos dias atuais estariam restritos a poucos, inclusive por limitações materiais de existência, sujeição da “consciência possível” (Goldman, 1972)⁷ e aprendizagens normatizadas. A seguir não se pinta quadros comparativos ao antes descrito para melhor se singularizar juventudes e sexualidade na segunda década do ano 2000, nestes tempos, por falta de referências generalizáveis, defende-se a hipótese de que cada vez mais a velha moral sexual é questionada por muitos jovens, que viriam enfrentando além de repressões

7 GOLDMANN, Lucien. *A criação cultural na sociedade moderna*. S. Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972. Com o conceito de ‘consciência possível’, Goldmann questiona os parâmetros para fazer escolhas e as oportunidades para exercê-las.

e censuras de várias ordens, fortes antagonismos fundamentalistas, pautados em ideologias religiosas contra direitos sexuais e reprodutivos, inclusive em instituições básicas à socialização e sociabilidade juvenil, como a família e a escola. Sendo que essas enfrentam a competição da internet e das fratrias, não necessariamente melhores socializadores se de simetrias nas relações de gênero, criatividade, comunicação e respeito ao outro, a outra, estão em tela.

Gênero, classe e raça ainda se combinam para o desenho de diversidades e desigualdades sociais no viver relações sexuais e afetivas. Hoje, tem mais pertinência e legitimidade entre vários grupos de jovens não apenas a referência a juventudes, mas também a diversidades em viver sexualidade, quer pela visibilidade de ativismos e formas de *ser/estar* LGBT entre jovens, crescimento de grupos feministas e lesbo feministas entre esses e a busca de sexualidades nômades, sem rótulos. Antagonismos entre concepções sobre sexualidade e a recusa de muitos a códigos fixos, identidades sexuais, alinham-se a novas discussões sobre gênero, como a perspectiva *queer*⁸.

No próximo bloco mais exploro vozes arautos de mudanças, que possivelmente, sem condições materiais e culturais mais amplas, dificilmente se propagarão em novas famílias, novas escolas, novo tipo de moral.

2. CONJECTURAS SOBRE SEXUALIDADE E JUVENTUDES HOJE: NOVOS ATORES E VELHOS CENÁRIOS

■ Explorando a segunda década dos anos 2000 corroboro literatura que destaca marcas de gênero para apresentar trajetórias de vivências da sexualidade e sentidos atribuídos à sexualidade, tão destacada dimensão da vida humana, em particular para os jovens, mas que se entrelaça e se condiciona por formas como se vive outras dimensões, como o estudo e o trabalho. Em última instância, ao nível do corpo, de um eu imaginado, alguma liberdade é ‘experenciada’, principalmente quando inseguranças, riscos e vulnerabilizações limitam horizontes e possibilidades.

Estes são tempos de desencantos quanto a projetos sociais. Projetos que dependem de oportunidades sociais, como carreira, trabalho gratificante, pertença a coletivos são marginalizados. É quando o corpo, o seu remodelamento, o seu

8 Ver entre outros MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: Um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, UFOR, 2012; BUTLER, J. 2003, op. cit.; e DE LAURETIS, Teresa. Queer Theory: Lesbian and Gay Sexualities. In: *Differences*, Vol. 3, Number 2, 1991, p. III a XVIII. Disponível em https://www.ashgate.com/pdf/SamplePages/Ashgate_Research_Companion_to_Queer_Theory_Intro.pdf, acesso 10/05/2014

prazer e aparência, podem vir a ser formas de afirmação, marcar território geracional. É quando o outro, ou mais comumente a outra, é reduzida a objeto desse prazer, e sexualidade entendida como fazer sexo para auto realização, competir, se mostrar, exercer poder.

Como vai a sexualidade da juventude no Brasil, hoje? Possivelmente em termos de grandes tendências, parecida com a de seus pais, ‘domesticada’, mas vivida como ‘minha praia’. Parodiando Foucault (1984)⁹, nunca se falou (e se fez) tanto sexo como nestes tempos, principalmente entre jovens, e sobre corpos jovens, mas repressões, violências, codificações da sexualidade se reproduzem, com outras modelações. Conhecidas como geração Y e Z, aquelas com mais acesso a internet e poder aquisitivo, algumas juventudes modelam sexualidade por performáticas anunciadas como buscas que se afastam de parâmetros de amor romântico e flexibilizam fronteiras entre o público e o privado, é o sexo anunciado. Já outras juventudes seguem caminhos diferentes, entrelaçando sexo e amor. E algumas, como as jovens negras têm sexualidade construída e coisificada, carne com valor no mercado:

Nas raras ocasiões em que a sociedade expressa algum desejo por mulheres negras, é quase sempre pela ideia de que a mulher negra é um “sabor diferente” e “mais apimentado” de mulher. O corpo feminino negro é hipersexualizado e considerado exótico e pecaminoso. Quem nunca ouviu falar que a mulher negra tem a “cor do pecado”? (Arraes, 2013)¹⁰

Hoje a marca seria o não ter marcas, o domínio da diversidade, limitada por desigualdades. Kehl (2004) sobre jovens grávidas, por exemplo, sugere a importância de sair de maniqueísmos analíticos, recusar classificações por dicotomias da vida social, como sexualidade x participação x condições materiais de vida para

9 FOUCAULT, M. *A história da sexualidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984. Para Foucault (1984) haveriam duas formas de apropriação da sexualidade por saberes; via uma *scientia sexualis* e uma *ars erótica*. Enquanto para esta prevaleceria a preocupação com o prazer, o desejo e a subjetividade, para aquela, a tônica seria o discurso científico e a preocupação com a reprodução, afirmando o lugar da medicina no disciplinamento do corpo. Enquanto na escola, na família e no direito tende-se a normatizar a sexualidade de jovens por *scientia sexualis*, já os jovens tendem ao outro tipo de saber.

10 ARRAES, Jarid. *A sexualidade da mulher negra*. Disponível em: <blogueirasnegras/org.2013 > Acesso em: 12 nov. 2013

o exercício da liberdade, da autonomia, do criar direitos, como anseiam tempos de juventude:

As adolescentes grávidas são presas da contradição que atinge todos os adolescentes na atualidade: o descompasso entre uma vida sexual ‘adulta’ que acompanha as condições da maturação biológica e o lugar social de dependência em relação à família que lhes confere uma condição infantil. As transformações morais que acompanharam a expansão da sociedade de consumo beneficiaram os adolescentes com uma grande liberdade sexual, em uma cultura na quais meninos e meninas de 17, 18 anos são considerados pouco mais do que crianças. (Kehl, 2004, p. 106).

Kehl (op.cit.) adverte que para muitas jovens e mesmo para seus pais, a gravidez ‘indesejada’ se configura como a possibilidade de busca de sentido de vida, pausa ou outra forma de realizar a herança de “liberdades conquistadas pela geração rebelde dos anos 70”, que por extensão compreenderia “o imperativo de desfrutar a vida, o dever da felicidade e a obrigação da liberdade” (Kehl, 2004, p. 109). A autora se refere a casos em que para muitas jovens, a gravidez teria um sentido de “limite ao imperativo do gozo”, o que viria acompanhado da possibilidade de não arcar com o ônus da maternagem, considerando a rede de apoio familiar, de mães e avós, assim como o sentido de inventar projetos privatizados, individualizados, considerando a “falta de horizonte coletivo” (Kehl, op. cit.).

A seguir algo sobre outras vozes juvenis com ‘horizontes coletivos’ e transgressoras, anunciando oásis que já não são miragens e podem vir a invadir o deserto.

Nesta seção, uma das referências é o estudo construído por técnicas quantitativas (cerca de 2000 questionários) e qualitativas (realização de 30 grupos focais com jovens de diferentes tipos de organizações). Trata-se de um tipo singular de juventude, engajada em movimentos sociais, organizações de várias ordens, com interesses em políticas de juventude. A pesquisa foi realizada no ano de 2008 em Brasília na 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude (Castro e Abramovay 2009).¹¹

11 CASTRO, Mary Garcia e ABRAMOVAY, Miriam *Quebrando Mitos. Juventude, Participação e Políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude*. Conselho Nacional de Juventude, Secretaria Nacional de Políticas para Juventude-Governo do Brasil, Brasília, 2009.

Nessa conferência, entre as 22 resoluções aprovadas como prioridades, duas se referiam a direito sexuais. A 11ª foi bandeira de movimento de jovens mulheres, reconhecida por outras juventudes:

Implementar políticas públicas de promoção dos direitos sexuais e direitos reprodutivos das jovens mulheres, garantindo mecanismos que evitem mortes maternas, aplicando a lei de planejamento familiar, garantindo o acesso a métodos contraceptivos e à legalização do aborto.

Já a 18ª bandeira alçada a prioridades das juventudes na I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Juventude se referia à ‘cidadania gay’:

Incentivar e garantir à SENASP/MJ incluir o respeito à livre orientação afetivo-sexual e de identidade de gênero, em todas as esferas dos cursos de formação dos operadores/as de segurança pública e privada, em nível nacional, estadual e municipal, no atendimento e abordagem, com ampliação da DECRADI – Delegacia de Crimes Raciais e Intolerância¹².

Na 2ª Conferência Nacional de Políticas para a Juventude, em 2011, reitera-se reivindicações no plano de direitos sexuais e reprodutivos tanto de mulheres, considerando o direito a descriminalização do aborto como medida de saúde pública, como jovens LGBT: “Outra reivindicação da conferência é a implementação do Plano Nacional de Saúde Integral da População de lésbicas, gays, bissexuais e travestis (LGBT) para a superação de vulnerabilidade de saúde dos jovens de 15 a 29 de idade”¹³

O crescimento de organizações de jovens feministas, de distintas orientações, e de jovens LGBT nas últimas décadas tem sido destacado por distintos estudiosos do campo de juventudes¹⁴.

12 Ver sobre as 22 prioridades da 1ª Conferência, em <http://www.jsb.org.br/anexos/3.pdf>, consultado em 13.02.2015

13 Ver sobre eixos de reivindicações da 2ª Conferência em <http://memoria.ebc.com.br/agencia-brasil/noticia/2011-12-12/conferencia-nacional-de-juventude-termina-com-pedido-de-maior-espaco-politico>, consultado em 13.02.2015

14 Ver entre outros ZANETTI, Julia; e LANES, Patricia “Reflexões sobre gênero: dimensões, semelhanças e diferenças”. In: RIBEIRO ANDRADE, Eliane; PINHEIRO, Diógenes e GIL ESTEVES, Luiz Costa. *Juventude em Perspectiva: Múltiplos Enfoques*. UNIRIO, Rio de Janeiro, 2014, p. 194-201; ZANETTI, Julia Paiva, “Jovens Feministas. Um estudo sobre a participação juvenil no feminismo no Rio de Janeiro, Niterói, Universidade Federal Fluminense. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Educação, 2009; e WELLER, Wivian.

Tanto grupos feministas jovens como movimentos LGBT ressaltam a família, a escola e o direito como fortalezas a serem implodidas, reconstruídas, para que outro saber e viver sobre sexualidade seja possível.

A família é considerada a principal referência na vida dos jovens para a maioria dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude (63%), principalmente entre os de menos de 18 anos (cerca de 70%). Ao serem perguntados sobre a *instituição em que mais confiam* também a família se destaca no elenco apresentado. De fato a tese de que a família é a instituição social mais importante é parte de um léxico de valores da cultura mediterrânea e ocidental, reproduzida em particular quando a referência são crianças, adolescentes e jovens (Ver Abramovay e Castro, 2009).

Mas como toda generalização é questionável, quando as práticas de relações sociais são investigadas, há várias referências e críticas em grupos focais com relação à família, inclusive registrando violências por força de alinhamento a normas culturais restritivas, como as discriminatórias contra grupos que não seguem o script heterossexual, além de indicações sobre violências sexuais.

É também lugar comum a ideia de que os *problemas* dos jovens estariam relacionados à perda de poder da família, de exercício de controle, de educação para valores pela família. No entanto encontra-se entre os jovens e na literatura sobre essa população a discussão de que família seria um empecilho à autonomia dos jovens, principalmente no plano da sexualidade ainda que se reconheça seu lugar de amparo quanto à afetividade e várias necessidades.

No caso abaixo transcrito, não somente a jovem ressalta a dificuldade de diálogo na família, como sua impossibilidade, por sua falta de poder, para apelar para o sistema legal, apesar de conhecê-lo e saber como fazer:

O meu receio é sempre esse, fala-se tanto sobre a liberdade, direitos sexuais reprodutivos, orientação sexual, mas dentro da minha casa eu não tenho um diálogo aberto com a minha mãe e o meu pai, sou sempre reprimida e eu falo 'não, mas a gente tem direito, legalização do aborto e tal'. E minha mãe fala, 'é bonito lá, mas aqui dentro eu não quero'. Então esse é meu medo, o meu receio, Eu falo 'não, eu tenho a Maria da Penha', tenho isso, tenho aquilo, mas eu já fui agredida pelo meu namorado e não fiz nada [nem minha família] e aí é bem complicado. (Grupo Focal com Jovens Feministas – in Castro e Abramovay, 2009).

Juventude, relações de gênero e culturas juvenis. In: Observatório Jovem, Entrevista, UFF, Niterói, 2007- consultado em 12.02.2015. <http://www.uff.br/observatorijovem/materia/juventude-rela%C3%A7%C3%B5es-de-g%C3%AAnero-e-culturas-juvenis>

São as jovens do Grupo Focal de Jovens Feministas e aqueles que integraram o Grupo Focal de Jovens de Movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais) que quando da 1ª Conferência mais ressaltam os diversos tipos de violências vividas e sentidas, inclusive por parte das famílias, e que frisam que crítica à homofobia na família e na escola são pontos básicos na agenda dos movimentos.

Os jovens ligados ao movimento LGBT analisam vivências e dificuldades de circular em uma sociedade preconceituosa e homofóbica como a brasileira. A sexualidade é discutida através de uma série de valores, crenças, e vivências, muitas vezes baseados na consideração de que alguns são superiores e outros inferiores, principalmente de um ponto de vista religioso e moral. As/os jovens que pertencem ao movimento LGBT referem-se a vários tipos de violências homofóbicas na esfera doméstica, na escola e na sociedade em geral, inclusive abusos sexuais sem que tivessem contado com uma proteção familiar ou legal:

Essa juventude hoje sofre, principalmente a juventude LGBT que são: os gays, as lésbicas, os travestis, os bi, os transgêneros, sofrem a partir do momento que dentro de casa na família, quando começam a ter sua orientação sexual definida. Quando um homem ou um gay começa a se travestir de mulher então a mãe, os pais ficam sempre numa preocupação por influência da sociedade. (...), isso é uma coisa nova para alguns pais. Não se pode às vezes culpar os pais, mas geralmente o jovem é posto fora de casa. Muitas vezes é violentado às vezes por um tio, por um primo, perde a sua identificação de ser homossexual (...) (Grupo Focal com Jovens do Movimento LGBT In Castro e Abramovay, 2009).

O processo de construção da autonomia para o exercício da orientação sexual passaria não necessariamente por negar a família, afastando-se do seu convívio. Insiste-se que os significados da família para adolescentes e jovens é ambivalente, estruturando-se por afetos mesmo que mesclados a violências e por proteções contra hostilidades sociais da esfera pública. Mas o que fica patente para alguns jovens em movimentos LGBT e feminista é a importância dos jovens não dependerem economicamente de seus pais e não serem tutelados por esses no plano da sexualidade

Movimentos de jovens também destacam a escola como outro ambiente em que se reproduzem homofobias e violências. A prática de violências contra homossexuais aí é antiga, os insultos, xingamentos homofóbicos, são encontra-

dos constantemente nas escolas, “biroba, bicha, Barbie girl, Maria macho, Maria João” entre outros, bem como o silêncio de professores em relação a tais violências verbais, tidas como ‘brincadeiras’ – ver pesquisas sobre violências nas escolas, e. g. Abramovay, Cunha e Calaf, 2009¹⁵. São formas de desprestigiar aqueles e aquelas que saem da heteronormatividade social validada nas escolas. São discriminados por trejeitos, maneira de falar, de se vestir. A violência verbal e humilhações re-produzem a ordem moral da sociedade tendente a binarismo e discriminações, reforçando o sofrimento e comprometendo o presente e o futuro de crianças e adolescentes.

Em pesquisa em andamento sobre juventudes, gênero e sexualidades nas escolas, ponderam Castro, Abramovay, Silva e Reis (2013)¹⁶:

A sexualidade presente na escola transita pelos corredores nas conversas dos alunos, falas, nas portas dos banheiros, nos grafites e pichações produzidos pelos jovens, nas piadas e brincadeiras, na linguagem gestual, ou nas atitudes dos professores e alunos em sala de aula (Louro, 2010), entretanto, há de se perceber que as mesmas mentes que comunicam a sexualidade nos espaços escolar são moldadas e preparadas para aprender a ser homem ou mulher, sufocando qualquer outra sexualidade que começa por despertar ocasionando exclusão, e melindres por parte daqueles que estão à sua volta.

A urgência de uma educação anti-homofóbica, antilesofóbica e antitransfóbica na escola se impõe, considerando a dor que práticas de ódio vêm causando em tantas crianças, adolescentes e jovens. Inclusive para que as leis bem intencionadas de respeito a direitos civis dos homossexuais encontrem acolhida no imaginário social. Assim como se faz necessário que tal educação se paute por enfoques de gênero, ressaltando singularidades inclusive de identidades no lesbianismo e a reprodução de divisões sexuais e hierarquias.

15 ABRAMOVAY, Miriam; CUNHA, Ana Lúcia; CALAF, Priscila Pinto. Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas. Rede de Informação Tecnológica Latino-americana – RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, Brasília, 2009

16 CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; REIS MAGALHAES, Selma e KARINE NASCIMENTO SILVA “JUVENTUDE, GÊNERO, SEXUALIDADE, FAMÍLIA E ESCOLA (Perfil da população escolar jovem (15-29 anos) e expectativas em relação à escola -Bahia e Brasil e Estudos de caso com ênfase em percepções sobre formação escolar e o lugar da família e da escola quanto a sexualidade,-Salvador e Jequié, Bahia)- Projeto de Pesquisa aprovado pelo CNPq, em 2013 – em andamento, Xerox.

A escola viria deixando de lado o desenvolvimento de capacidades por um “sentir pensante”¹⁷ crítico, que colabore no fazer escolhas que combine o reconhecimento de vulnerabilidades sociais e a importância de proteção amiga, não castradora, considerando-se que o exercício de autonomia requer tanto ambiências protegidas como que se oportunize a liberdade e a capacidade de se fazer escolhas. (Castro, Abramovay, Silva e Reis, 2013)

Mas em que medida tal reflexão sobre a escola é uma crítica de intelectuais? Tem eco em falas juvenis? E como essas verbalizam seus ‘mal estares’ em relação à escola e valorizam ou não um conhecimento que lhes possibilitem autonomia de pensar, análises críticas e escolhas não fundamentadas na reprodução de tradições? São os jovens vulnerabilizados socialmente em termos de formação para uma sexualidade por escolhas e respeito ao outro, a outra ou são cúmplices da reprodução de moralismos castradores de buscas?

Não se tem ainda respostas para as inquietações daquela pesquisa, mas vem se encontrando críticas e expectativas de jovens nas escolas por mudanças e subversões em suas trajetórias – a referência são jovens no ensino médio em Jequié e em Salvador, em 2014/2015 –, segundo o trabalho de campo Castro, Abramovay, Silva e Reis (2013) em curso. Assim como em outras pesquisas com jovens, em outros sítios, alerta-se para mal estares de jovens e buscas por outras modelações de família e de escola. Casos de trajetórias juvenis que se orientam por sexualidades não heteronormativas; por sexualidades diversificadas, sem identidades fixas, como se advoga na perspectiva *queer*; por relações poliafetivas; por relações hetero e homo afetivas sem assimetrias de gênero são documentadas e vem sendo difundidas¹⁸.

Insiste-se que há indícios de que de diversificam e se visibilizam formas de viver a sexualidade e subversões acionadas por jovens contra formas repressivas. Mas ainda predominam as tendências de assimetrias por conta de gênero/classe/raça,. São gri-

17 Expressão de Eduardo Galeano sobre a necessidade de um conhecimento latino-americano que reúna a reflexão intelectual, emoções e empatia em relação a dor do outro/a- s.r.b.

18 Sobre perspectiva queer e debates sobre outras formatações de saberes escolares, ver entre outros: LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010 e MISKOLCI, Richard. Teoria Queer: Um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, UFOP, 2012; e BUTLER, J. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes. (org.). O corpo educado: Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. Sobre poliafetividade, entre outros, ver: CERDEIRA PILÃO, Antonio e GOLDENBERG, Mirian “Poliamor e monogamia: construindo diferenças e hierarquias”. In Revista Artemis, Ed vol 13, jan-jul 2012, p 62-71- <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/viewFile/14231/8159>-consultado em 12.02.2015

tantes as reproduções de divisões sexuais de poder, e casos de violências contra gays e mulheres jovens, inclusive nas relações afetivo e sexuais¹⁹. A campanha conservadora contra o que se demoniza como ‘ideologia de gênero’, defendendo como a única norma possível a heterossexualidade vem contra ventos libertários, debate crítico sobre estereótipos em relação ao que seria ser mulher e ser homem, questionando desigualdades sócio sexuais. As escolas tem sido alvo privilegiado de tal ataque.

Mas sexualidade, sexualidades são modeladas e remodeladas por processos em um contexto que se domestica muitos, adultos e jovens, muito sugere, como a invenção de territórios não mapeados. As vozes jovens que subvertem normatizações, se poucas, são promissoras de outros quereres, amares e ‘gozares’, sem que o outro, a outra, seja anulado.

MARY GARCIA CASTRO · Professora na UCSAL (Universidade Católica de Salvador)-Programas de pós graduação em Família na Sociedade Contemporânea e em Políticas Sociais e Cidadania. Co-coordenadora do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Juventudes, Identidades, Cidadania e Cultura – NPEJI/UCSAL, bolsista CNPq e pesquisadora da FLACSO-BRASIL.

19 “3 em cada 5 mulheres jovens já sofreram violência em relacionamentos, aponta pesquisa realizada pelo Instituto Avon em parceria com o Data Popular (nov/2014)” In: Pesquisa Percepção da Sociedade sobre Violência e Assassinatos de Mulheres (Data Popular/Instituto Patrícia Galvão, 2013). <http://www.compromissoeatitude.org.br/para-70-da-populacao-a-mulher-sofre-mais-violencia-dentro-de-casa-do-que-em-espacos-publicos-no-brasil/> Consultado em 12.02.2015.

Em abril de 2012, com dados sobre homicídios, do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, o IPEA divulgou dados sobre feminicídios. Segundo pesquisa do IPEA, organizado por Leila Posenato Garcia*, Lúcia Rolim Santana de Freitas, Gabriela Drummond Marques da Silva e Doroteia Aparecida Höfelman.

“Estima-se que ocorreram, em média, 5.664 mortes de mulheres por causas violentas a cada ano, 472 a cada mês, 15,52 a cada dia, ou uma a cada hora e meia. As regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte apresentaram as taxas de feminicídios mais elevadas, respectivamente, 6,90, 6,86 e 6,42 óbitos por 100.000 mulheres. Mulheres jovens foram as principais vítimas: 31% estavam na faixa etária de 20 a 29 anos e 23% de 30 a 39 anos. Mais da metade dos óbitos (54%) foram de mulheres de 20 a 39 anos.

No Brasil, 61% dos óbitos foram de mulheres negras (61%), que foram as principais vítimas em todas as regiões, à exceção da Sul. Merece destaque a elevada proporção de óbitos de mulheres negras nas regiões Nordeste (87%), Norte (83%) e Centro-Oeste (68%). A maior parte das vítimas tinham baixa escolaridade, 48% daquelas com 15 ou mais anos de idade tinham até 8 anos de estudo” In <http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questoes-de-genero/180-artigos-de-genero/21201-ipea-revela-dados-ineditos-sobre-violencia-contra-a-mulher>, consultado em 10.12.2014